

AS POLÍTICAS DE INCENTIVO AO USO DAS TECNOLOGIAS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

O acesso às tecnologias da informação, programas governamentais, comunicação e transmissão de conhecimento.

Angela M^a de Camargo dos Santos¹; Idorlene da Silva Hoepers²

RESUMO

Este artigo apresenta as políticas públicas atuais de incentivo ao uso das tecnologias nas escolas de educação básica. O objetivo é descrever os programas governamentais de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) tais como: Proinfo, ProinfoIntegrado, a exemplo do PROUCA. O estudo faz uso de abordagem qualitativa de pesquisa, sendo de análise documental. Ao qual foi possível verificar que as políticas de incentivo ao uso das tecnologias estão sendo ampliadas, e a escola necessita acompanhar esta evolução, podendo gerar novas formas de comunicação com a informação em contextos educativos. Faz-se necessário articular essa ampliação com a formação de professores.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Tecnologias da Informação e da Comunicação. Programas Governamentais. Educação Básica. Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado: “As políticas públicas de incentivo ao uso das tecnologias no âmbito da educação básica brasileira”.

O tema da pesquisa insere-se no contexto das atuais políticas públicas quanto ao uso das tecnologias nas escolas de educação básica. Sua relevância merece ser considerada por todos aqueles que estão inseridos nas práticas curriculares cotidianas da escola, uma vez que ainda pairam sobre a escola argumentos referentes à sua obsolescência nos métodos de ensino e práticas educativas.

A acelerada renovação dos meios tecnológicos nas mais diversas áreas, influência, consideravelmente, as mudanças que ocorrem na sociedade. O acesso às tecnologias da informação e comunicação amplia as transformações sociais e desencadeia uma série de mudanças na forma como se constrói o conhecimento. A escola, bem como os outros lugares onde se fomenta o currículo, não pode desconsiderar esses movimentos.

Considerando tais enfrentamentos é que ocorre a importância de se pesquisar o desenvolvimento tecnológico e as mudanças sociais oriundas, na contemporaneidade e dentro deles as políticas públicas atuais de incentivo ao uso das tecnologias na educação básica. Ao consultar a *home page* do MEC, verificou-se vários programas de incentivo ao uso da informática e tecnologias nas escolas com o objetivo de aproximar o cotidiano escolar às expectativas dos alunos e principalmente possibilitar o acesso a muitos outros para os quais a escola é ainda a única possibilidade de acesso.

¹Estudante de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Instituto Federal Catarinense – Câmpus Camboriú. E-mail: angelapeia@bol.com.br.

²Mestre em Educação; professora orientadora do Instituto Federal Catarinense – Câmpus Camboriú. Email: idorlene@gmail.com.

A pergunta norteadora desta pesquisa é: Quais são as políticas públicas atuais para o uso das tecnologias na educação básica? Com o seguinte objetivo: Investigar quais são as políticas públicas atuais para o incentivo ao uso das tecnologias na educação básica disponibilizadas na página do Ministério da Educação, com ênfase nos programas Proinfo e ProinfoIntegrado, a exemplo do PROUCA.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Parte-se da perspectiva da pesquisa qualitativa, mediante a análise documental em fase buscou-se identificar informações factuais nos documentos, a partir de questões ou hipóteses.

A análise documental é o passo inicial na construção de conhecimento, por meio de investigação, após a opção de um tema. Tem como principal fonte de informação os livros, artigos e periódicos, estando presente em todos os trabalhos acadêmicos, uma vez que é nesta etapa do trabalho em que se fundamenta teoricamente o assunto.

Foram realizadas investigações sobre o assunto, no *site* do MEC e leis que regem a políticas de tecnologias na educação, a saber: Criação da CE/IE – Comissão Especial de Informática na Educação, SEI (Secretaria Especial de Informática), PROINFO, Programa Nacional de Informática na Educação, Projeto EDUCON (Educação com Computadores), e NTE Núcleos de Tecnologia Educacional e Programa (PROUCA) “Um Computador por Aluno

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto educacional brasileiro, as ações da política da informática foram, ao longo do tempo, contribuindo para o estabelecimento de alguns programas.

Para melhor entendermos a situação do Brasil perante as políticas públicas referentes ao uso da informática nas escolas, descrevemos de forma objetiva, a partir das leituras Tajra (2008), Kuhn (1990), da *home page* do Ministério da Educação e do Desporto, da secretaria de Educação a Distância, e do Programa Nacional de Informática na Educação (1998), os principais momentos da Política da Informática no Brasil, bem como principais ações governamentais. Segundo afirma Tajra, Apud Oliveira, (1997, p.27)

[...] antes de 1984, a produção brasileira de informática já se colocava entre a dos países que mais cresciam no cenário mundial (entre os dez maiores do mundo) e 60% da indústria nacional trabalhava com equipamentos desenvolvidos no próprio país. Entre 1984 e 1987, o Brasil apresentava a maior taxa de crescimento mundial nesta área e, em 1987, tornou-se o sexto maior mercado de microcomputadores, superando a Itália e a Suécia.

Neste contexto estão ações que o governo brasileiro implementou por meio das políticas públicas na educação básica. Em 1979 A SEI (Secretaria Especial de Informática) apresentou sugestões nas áreas de educação, agricultura, saúde e

indústrias, com intuito de melhorias nos recursos computacionais existentes. No ano de 1980 a SEI gerou normas e diretrizes na área computacional.

A partir de 1981 ocorreu I Seminário Nacional de Informática na Educação (SEI, MEC Ministério da Educação, CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa) – Brasília, tendo como sugestões as atividades da informática educativa, focadas nos valores culturais, sociopolíticos e pedagógicos da realidade brasileira enfatizando que os aspectos técnico-econômicos fossem considerados nos benefícios sócio educacionais.

No ano seguinte, aconteceu o II Seminário Nacional de Informática na Educação (Salvador-BA), tendo a participação de pesquisadores nas esferas da educação, sociologia, informática, e psicologia. Seu foco era priorizar o ensino de 2º grau no qual os computadores serviriam como suporte no processo educacional, e que tivessem disponíveis para todas as áreas afins, assim como na formação do professor, nos aspectos teóricos, e na participação em experimentos computacionais de origem nacional.

No ano de 1983 foi criada a Comissão Especial de Informática na Educação (CEIE) ligada à SEI, (Secretaria Especial de Informática), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e à Presidência da República. Participaram membros do MEC, SEI, CNPQ, Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e Embratel, (Empresa Brasileira de Telecomunicações), com foco no desenvolvimento de ações para levar os computadores às escolas públicas brasileiras.

No mesmo ano foi criado o Projeto Educom – Educação com Computadores. Esta foi a primeira ação oficial e real para levar os computadores até as escolas públicas. Neste projeto também foram criados cinco centros piloto, com os responsáveis pelo projeto de pesquisa sendo oficializados em 1984. Faziam parte as seguintes instituições: UFPE (Univ. Federal de Pernambuco), UFRJ (Univ. Federal do Rio de Janeiro), UFMG (Univ. Federal de Minas Gerais), UFRGS (Univ. Federal do Rio Grande do Sul) e a Unicamp (Univ. Estadual de Campinas).

Após as primeiras iniciativas contempladas no Projeto Educom foram iniciados vários estudos envolvendo Estados, Municípios e cidades brasileiras. Dando sequência aos projetos supracitados, foi criada a Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997, instituindo o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), com apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), com a finalidade de promover o uso pedagógico de Tecnologias de Informática e Comunicações (TICs) na rede pública de ensino fundamental e médio pertencentes às redes municipal e estadual. Seu funcionamento se deu de forma descentralizada, em articulação com as Secretarias de Educação do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios. Em cada unidade da Federação havia uma Coordenação Estadual e os Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE. Conforme Tajra (2008, p. 32) o programa tinha os seguintes objetivos:

Melhorar a qualidade do processo ensino aprendizagem. Possibilitar a criação [...] adequada das novas tecnologias de informação pelas escolas. Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico. Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida.

Após dez anos de funcionamento, em 2007, o Programa foi reestruturado passando a ser denominado Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO, por meio do Decreto nº 6.300 de 12 de dezembro, com o objetivo de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais; incentivar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, capacitar agentes educacionais; ampliar o acesso da conexão e de computadores; preparar para o mercado de trabalho e promover a produção nacional de conhecimentos digitais. (BRASIL, 2007).

Este Programa possibilita levar computadores às escolas, bem como recursos digitais e conteúdos educacionais, porém cabe aos Estados, Municípios e Distrito Federal garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e “capacitar” os educadores para o uso das máquinas e tecnologias. Ou seja, a partir da reformulação o programa se compõe de três ações, a saber: implantação de ambientes, capacitação de professores e outros sujeitos envolvidos no processo educativo, oferta conhecimentos digitais e multimídia. (BRASIL, 2007)

É importante destacar que além das atribuições já citadas, também cabe aos Municípios, Estados e Distrito Federal a promoção de ambientes favoráveis ao trabalho da equipe de apoio visando o acompanhamento e desenvolvimento das ações de capacitação nas escolas, assumindo também as responsabilidades sobre a manutenção dos computadores e laboratórios.

Em 2011, por meio do Decreto nº 7480 de 16 de maio houve a reestruturação do MEC na qual foi extinta a SEED, ficando as atribuições relativas a PROINFO distribuídas entre a Secretaria de Educação Básica (SEB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). (BRASIL, 2013).

Na *home page* do MEC, ainda encontramos o PROINFO Integrado foi iniciado em dezembro de 2007 é “[...] um programa para integrar e articular a distribuição dos equipamentos tecnológicos para as escolas (computadores, impressoras e outros equipamentos de informática), à oferta de cursos de formação continuada [...], conteúdos e recursos multimídia e digitais, por meio do Portal do Professor, da TV Escola [...]”. (BRASIL, 2010, s/p). Assim, os professores, gestores e técnicos responsáveis pelas escolas públicas contempladas com os laboratórios de informática do ProInfo recebem três cursos de formação em um curso de especialização. Seu objetivo é: “Proporcionar a inclusão digital de professores, gestores de escolas públicas da educação básica e a comunidade escolar em geral. Dinamizar a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, desenvolvendo competências, habilidades e conhecimentos.”. (BRASIL, 2010, s/p).

O ProInfoIntegrado tem um projeto intitulado UCA – “Um computador por aluno”, o qual é uma iniciativa do Ministério da Educação, financiado com recursos do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfoIntegrado - e coordenado pela Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC.

O PROUCA pretende criar e socializar novas formas de utilização das tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras, ampliar o processo de inclusão digital escolar e promover o uso e a apropriação pedagógica das novas tecnologias de informação e comunicação como uma nova linguagem. Conforme a RESOLUÇÃO/FNDE/CD/Nº 17 DE 10 DE JUNHO DE 2010

[...]estabelece normas e diretrizes para que os Municípios, Estados e o Distrito Federal se habilitem ao Programa Um Computador por

Aluno - PROUCA, nos exercícios de 2010 a 2011, visando à aquisição de computadores portáteis novos, com conteúdos pedagógicos, no âmbito das redes públicas da educação básica. (BRASIL, 2010)

Na região Sul do país o PROUCA beneficiou 19 escolas no estado de Santa Catarina, 401 professores e 5670 alunos, no estado do Paraná, 17 escolas, 408 professores e 5458 alunos e no estado do Rio Grande do Sul, 24 escolas, 577 professores e 6387 alunos. Embora, os dados revelem que as escolas estão ampliando o acesso às tecnologias de informação e comunicação, (BRASIL, 2010). MENEZES, destaca que (2010, p. 122)

[...] não se pode cobrar um bom desempenho das escolas se elas estiverem décadas atrás do que já se tornou trivial nas práticas sociais, e isto é uma realidade, pois há escolas com salas de informática onde a estrutura física aparentemente sustenta a ideia de escola munida de tecnologias, porém não há apropriação das mesmas, o que acaba tornando o uso obsoleto, uma vez que os professores muitas vezes não estão preparados para utilizar estas tecnologias.

A interatividade que os alunos têm com as tecnologias são mais avançadas do que possam ter seus professores ou pais, uma vez que eles, alunos, nasceram na era da informação e muitos possuem maior habilidade em entender a linguagem virtual do que a textual, pois aí está se tratando de diferentes tecnologias digitais. Portanto, de novas linguagens que fazem parte do cotidiano dos alunos e das escolas. Isso não significa que a educação atual seja pior ou ultrapassada, mas a realidade em que o aluno está imerso está mudando e a escola precisa acompanhar esta evolução e as novas tecnologias baseadas nos programas de incentivo ao uso desses projetos nas escolas de educação básica abrem possibilidades de utilização para gerar novas formas de comunicação, interação com a informação e socialização em contextos educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias são recursos que colaboram para a instrumentação do indivíduo e, ao mesmo tempo, para sua humanização ao favorecer a ocorrência de processos reflexivos, de interações interpessoais e a compreensão das diferenças culturais.

A partir da análise documental foi possível verificar que as políticas de incentivo ao uso das tecnologias nas escolas de educação básica, estão sendo ampliadas propiciando novas adequações, o que vem favorecendo melhorias no processo de ensino aprendizagem. Tendo portanto, maior flexibilidade nas estruturas de ensino, na interdisciplinaridade dos conteúdos, e no relacionamento das mesmas com outras esferas sociais. Contudo, faz-se necessário articular essa ampliação com a formação de professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.300**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm>. Acesso em: 24 jun 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto Gabinete do Ministro**. Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=22148>. Acesso em: 24 jun 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. Programa Nacional de Informática na Educação**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://www.linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/simfop/artigos_IV%20sfp/_Angelita_Farias.pdf>. Acesso em 24 nov. 2012.

BRASIL. **Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. FNDE**. 2010. Disponível em: <<http://www.bing.com/search?q=RESOLU%C3%87%C3%83O%2FFNDE%2FCD%2FN%C2%BA+17+DE+10+DE+JUNHO+DE+2010&form=IE10TR&src=IE10TR&pc=MDDCJS>>. Acesso em: 24 jun 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação Secretaria da Educação a Distância. Programa Nacional de Formação Continuada em Educação a Distância**. Brasília: SEED/MEC., 2010. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=Na+home+page+do+MEC%2C+ainda+encontramos+o+PROINFO+Integrado+foi+iniciado+em+dezembro+de>>. Acesso em 24 jun 2014.

BRASIL. **Ministério da Educação UCA Escolas Beneficiadas**. 2010. Disponível em: <<http://www.uca.gov.br/institucional/escolasBeneficiadas.jsp>>. Acesso em 24 jun 2014.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento Educacional: Razões princípios e programas**. 2007. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>>. Acesso 24 nov 2012.

BRASIL. **PROINFO**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional-proinfo>>. 2010. Acesso 24 jun. 2014

BRASIL. **PROINFO integrado**. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15944:programas-do-mec-voltados-a-formacao-de-professores.html>. Acesso em 24 jun 2014.

BRASIL. **República Federativa do Brasil Controladoria-Geral da União – CGU**. Secretaria Federal de Controle Interno. Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo Nº 16 Infraestrutura de Tecnologia da Informação Para a Educação Básica Pública (Proinfo). Brasília, 2013. <<http://www.bing.com/search?q=REP%C3%A9BLICA+FEDERATIVA+DO+BRASIL+ControladoriaGeral+da+Uni%C3%A3o+Secretaria+Federal+de+Controle+InternoINTEGRADO+..&qs=n&form=QBRE&pq=rep%C3%BAblica+federativa+do+brasil+controladoriageral+da+uni%C3%A3o+secretaria+federal+d+e+controle+internointegrado+..&sc=0-0&sp=-1&sk=&cvid=c5c8067d7507486cab58202c59517616>>. Acesso em 24 jun 2014.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. Chicago: University of Chicago Press. Traduzido para o Português como *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1990.

MENESES, Luís Carlos de. **Ensinar com a ajuda da tecnologia**. In: Nova Escola. São Paulo, Ano XXV, nº 235, set. 2010, p. 122. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/matematica/a-escola-como-espaco-inclusao-digital.html>> Acesso em 25 nov 2012.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade**. São Paulo: Ed. Érica, 2008.